

## **BOLETIM 354**

**Brasília, 22 de maio de 2017**

# Reforma trabalhista é suspensa e oposição quer barrar a proposta no Senado Federal

Com a crise institucional do governo, a tramitação da reforma trabalhista no Senado foi suspensa e considerada “secundária” pelo senador Ricardo Ferraço (PSDB-ES), que é o relator da proposta nas Comissões de Assuntos Econômicos (CAE) e de Assuntos Sociais (CAS). Em nota oficial, ele afirmou que é preciso priorizar a solução da crise “devastadora” que o país enfrenta para depois seguir com os debates.

O calendário de tramitação do projeto (PLC 38/2017) foi adiado, sem previsão para a retomada das discussões. Ferraço já havia anunciado a entrega do relatório na CAE para a próxima terça-feira (23), e a apresentação na CAS para o dia seguinte. A votação em Plenário estava prevista, inicialmente, entre os dias 12 e 15 de junho.

**Oposição** - Para os senadores de oposição ao governo, as propostas de reforma trabalhista e da Previdência estão “superadas” e devem ser barradas no Senado.

Paulo Paim (PT-RS) entende que os projetos de reforma não se sustentam no atual cenário de crise. — Fiz até um apelo para o relator da reforma da Previdência na Câmara para que tenha o mesmo gesto do senador Ferraço, que suspendeu a



tramitação da reforma trabalhista enquanto não resolvemos essa crise política. Nós esperamos que o novo presidente eleito se debruce sobre esse tema e chame a sociedade para o debate — disse.

**Sem clima** - Para o senador José Medeiros (PSD-MT), “não há clima para reformas” enquanto não vierem à tona todos os fatos relacionados à crise do governo. Mesmo assim, ele aposta na suspensão apenas temporária do debate.

— Momento difícil, em que o país estava retomando os empregos, que a economia começava a dar sinais de vida e que a gente já ia para o desfecho das reformas. E essa variável, que a gente sabia que existia, realmente deixa o cenário muito complicado. Agora, é a gente manter a confiança e esperar que o Brasil possa sair logo dessa — disse.

**Leia a nota oficial divulgada por Ricardo Ferraço (foto), relator da reforma trabalhista no Senado:**

## **NOTA OFICIAL**

*A crise institucional que estamos enfrentando é*

*devastadora e precisamos priorizar a sua solução, para depois darmos desdobramento ao debate relacionado à reforma trabalhista. Portanto, na condição de relator do projeto, anuncio que o calendário de discussões anunciado está suspenso. Não há como desconhecer um tema complexo como o trazido pela crise institucional. Todo o resto agora é secundário.*

*Ricardo Ferraço  
Senador pelo PSDB-ES*

*Fonte: Agência Senado*

## **Relator da Previdência diz que não é possível avançar com reforma com a crise**

O relator da reforma da Previdência, deputado Arthur Oliveira Maia (PPS-BA) **(foto)** divulgou nota em que afirma que não é possível avançar com a votação da proposta no atual cenário político. Para o deputado, a hora é de arrumar a casa, esclarecer os fatos e criar as condições para que a análise do texto seja retomada.

O parecer de Maia ao texto do governo (PEC 287/16) foi aprovado no último dia 9 na comissão especial e deve ser votado agora ano Plenário da Câmara dos Deputados.

### **Veja a íntegra da nota do relator:**

*Ao longo da semana, tivemos a clara impressão de que as inúmeras notícias positivas*



*divulgadas pela imprensa apontavam para um futuro melhor para o nosso País. Não tenho dúvidas de que a expectativa da Reforma da Previdência para a qual trabalhei com tanta determinação, sempre com norte de diminuir privilégios e garantir os benefícios aos mais necessitados, contribuiu para esse cenário de esperança.*

*De ontem para cá, a partir das denúncias que surgiram contra o presidente da República, passamos a viver um cenário crítico, de incertezas e forte ameaça da perda das conquistas alcançadas com tanto esforço.*

*Certamente, não há espaço para avançarmos com a Reforma da Previdência no Congresso Nacional nessas circunstâncias. É hora de arrumar a casa, esclarecer fatos obscuros, responder com verdade a todas as dúvidas do povo brasileiro, punindo quem quer que seja, mostrando que vivemos em um país em que a lei vale para todos. Só assim é que haveremos de retomar a Reforma da Previdência Social e tantas outras medidas que o Brasil tanto necessita.*

*Deputado Arthur Maia (PPS-BA)  
Relator da Reforma da Previdência*

*Fonte: Agência Câmara*



## “Ocupa Brasília” prevê mais de 100 mil pessoas contra as reformas do governo Temer

Após a última Greve Geral realizada em todo o País em abril, trabalhadores e movimento sociais se organizam novamente no “Ocupa Brasília”, um protesto realizado na próxima quarta-feira (24), às 9h, contra as reformas Previdenciária e Trabalhista propostas pelo governo Michel Temer. As centrais sindicais envolvidas preveem cerca de 100 mil pessoas na capital federal, em uma marcha que sairá do estádio Mané Garrincha e deverá terminar na Alameda das Bandeiras, em frente ao Congresso Nacional.

Para José Calixto Ramos, presidente da Nova Central Sindical de Trabalhadores (NCST) – uma das organizadoras da marcha - a população aderiu aos movimentos e sente a falta de uma maior representação dentro do governo. “Tentamos de todas as formas mostrar ao presidente Michel Temer e ao deputado Rodrigo Maia, presidente da Câmara, o quão prejudiciais essas medidas são para o País, mas eles não quiseram nos ouvir. Essas atitudes mostram total insensibilidade e falta de diálogo com o povo brasileiro. Se eles não nos ouvem, resta aos trabalhadores protestarem, o que é direito garantido pela constituição”, afirma Calixto.

Ele também coloca que o “Ocupa Brasília” é um primeiro passo para uma nova Greve Geral, ainda sem data definida, mas que já tem a adesão de diversos setores da sociedade. “Se o Congresso e o Governo não se sensibilizarem, vamos fazer

uma paralisação maior ainda. As confederações que compõem nossa central (CNTI, CSPB, CNTTT, CNTEEC e CONTRATUH), que juntas representam milhões de trabalhadores, estão unidas e organizadas para o enfrentamento às tentativas de retirada dos direitos da classe trabalhadora. Nosso grito é unificado – por nenhum direito a menos”, defende o presidente da NCST.

*Fonte: NCST*

## Centrais defendem novas eleições e condenam as “reformas” de Temer

Em nota com o título “Por eleições democráticas e contra as propostas de reformas trabalhista e previdenciária”, divulgada nesta quinta-feira (18), as principais centrais de trabalhadores do Brasil exigem que sejam retiradas da pauta do Congresso Nacional as reformas trabalhista e da previdência.

As centrais também afirmam que as constantes denúncias envolvendo as instituições republicanas mostram que “falta legitimidade social e política ao governo”. Segundo as entidades, as reformas penalizam o trabalhador.

“Qualquer solução democrática para a crise política e econômica nesta conjuntura passa pela construção de um amplo e democrático acordo nacional visando à defesa de nossa democracia e à construção de um novo projeto de desenvolvimento nacional”, finalizam as centrais.

A nota é assinada por todas as Centrais Sindicais.



**Confira a nota na íntegra:**

## **NOTA OFICIAL DAS CENTRAIS - POR ELEIÇÕES DEMOCRÁTICAS E CONTRA AS PROPOSTAS DE REFORMAS TRABALHISTA E PREVIDENCIÁRIA**

Diante do aprofundamento da crise política após as graves revelações contidas nas delações envolvendo o presidente Temer e outros políticos de expressão nacional, as Centrais Sindicais alinham-se à cidadania democrática para exigir a apuração rigorosa de todas as denúncias de corrupção e desmandos que vêm paralisando o País, criando insegurança e impactando negativamente a economia nacional, que se manifesta na forma da recessão e no crescente e alarmante índice de desemprego que assola milhões de famílias de trabalhadores.

Os trabalhadores exigem o estrito cumprimento do rito constitucional e a revalorização do estado de direito como a via para a devida apuração destas e das demais denúncias e acusações que, cada dia mais, pesam sobre o mundo da política e da administração pública. Desta forma, recusamos e combateremos qualquer iniciativa de promover medidas que afrontem nossa Constituição democrática e cidadã como alternativa à grave crise política à qual o País vem sendo submetido.

O permanente esgarçamento das instituições republicanas, ocasionado pelas denúncias e acusações de corrupção, nos leva a considerar que falta legitimidade política e social ao governo para, num momento de grave crise institucional, política, econômica e social como a que estamos vivenciando, querer jogar sobre as costas dos trabalhadores e da parcela mais humilde da sociedade o custo do ajuste econômico representado pelas propostas de reformas trabalhista e previdenciária que tramitam no Congresso Nacional, às quais exigimos que sejam imediatamente retiradas da pauta da Câmara dos Deputados e do Senado Federal. É importante que este debate sobre as propostas de reformas aconteça de forma ampla,



envolvendo as representações dos trabalhadores e a sociedade civil.

Qualquer solução democrática para a crise política e econômica nesta conjuntura passa pela construção de um amplo e democrático acordo nacional visando à defesa de nossa democracia e à construção de um novo projeto de desenvolvimento nacional, tarefa que deve mobilizar a sociedade civil e suas mais importantes representações, os partidos políticos, as centrais sindicais e as demais organizações dos trabalhadores e representações patronais. Passa, ainda, pela reconstrução da legitimidade das instituições políticas da República, o que, no caso do Governo Federal e do Congresso Nacional, passa por realizar, no mais curto espaço de tempo exigido pela Constituição, eleições gerais e democráticas.

No dia 24 próximo as Centrais Sindicais estarão em Brasília, com a Marcha Nacional dos Trabalhadores, reafirmando todo o nosso repúdio às propostas de reformas trabalhista e previdenciária e, ao mesmo tempo, buscando soluções democráticas para o atual momento político pelo qual o País atravessa.

*Fonte: Centrais Sindicais*



## PSB e PTN anunciam saída da base de Temer e outros partidos ameaçam

A situação do presidente Michel Temer complicou-se neste final de semana. No sábado, ele enfrentou o primeiro desembarque relevante de sua base no Congresso: o Partido Socialista Brasileiro (PSB) decidiu passar para a oposição, retirando da superbase do Governo seus 35 deputados e 7 senadores. O partido pediu a renúncia imediata do mandatário e afirmou que apoiará a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) do deputado Miro Teixeira, que defende a realização de eleições diretas no caso da saída de Temer. PPS e PTN também anunciaram seu desligamento da base governista.

Segundo o deputado Julio Delgado (PSB-MG), o seu partido deve obstruir as votações no Congresso, pois não há clima para votar nada neste momento. "Faremos obstrução das votações enquanto não votarem a PEC [das eleições diretas]", disse ele. "O que a gente está deixando claro é que este sentimento de normalidade que o Governo está tentando passar não é verdadeiro", ressaltou o deputado, que destacou que Temer perdeu as condições de governabilidade.

A debandada do PSB pode ser seguida ainda por outros partidos que, junto com o PMDB, são a espinha dorsal da gestão federal. São eles: PSDB e DEM. O PSDB tem a situação mais complicada para se decidir. Se concordar com a gravidade das delações, sepultará também o presidente licenciado da legenda, o senador Aécio Neves (PSDB-MG). Ele é um dos investigados sob a

[  
suspeita de receber 2 milhões de reais em propinas da JBS.

Os primeiros sinais de que os tucanos estão próximos de deixarem a gestão peemedebista foram dados pela direção estadual do PSDB do Rio. Em reunião neste sábado, a executiva estadual afirmou "que o presidente da República não dispõe de condições políticas e éticas para dissipar a grave instabilidade que impera no país e prosseguir liderando o processo de reformas que tanto necessitamos". Sugeriu a saída de seus quatro ministros do Governo, a renúncia de Temer e, se ele não o fizer, a assinatura de um pedido de impeachment.

O DEM e o PPS também devem fazer reuniões para discutir a saída do Governo. O primeiro tem alguns parlamentares rebeldes, como o senador Ronaldo Caiado, que defendeu inúmeras vezes a renúncia do presidente Temer. Já o PPS entregou um de seus dois ministérios, o da Cultura, e disse que por enquanto segue na base.

Se esses três partidos acompanharem os socialistas, Temer perderia praticamente toda a sua sustentação – sem contar com a influência das poucas lideranças de peso que ainda sustentam seu mandato. PSDB, DEM, PPS e PSB somam 120 deputados, 23 senadores e 7 ministros. Na quinta-feira passada, o PTC (que tem 13 deputados) anunciou que deixava a base.

Enquanto os aliados discutem o que fazer, os opositores aproveitam para lucrar em cima da crise alheia. Em programa eleitoral divulgado desde este sábado, o PT diz que o "Governo Temer acabou" e que é necessária a convocação de eleições diretas.

*Fonte: Comunicação CONTRICOM*



***A Diretoria da CONTRICOM felicita o companheiro JAIRO JOSÉ DA SILVA, secretário para Assuntos de Saúde, Segurança e Meio Ambiente da CONTRICOM e dirigente da FETICOM-SP, pelo transcurso de seu natalício ocorrido na data de ontem (21), desejando-lhe muitas felicidades, saúde e realizações.***

### **BOLETIM DA CONTRICOM**

Presidente da CONTRICOM

***Francisco Chagas Costa – Mazinho***

Secretário para Assuntos de Comunicação

***Luis Carneiro Rocha***

Redação e Edição

***Instituto Dois Candangos (DF)***